

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

CLAUDINÉIA PEREIRA DOS ANJOS

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARINGÁ-PR E A
POLÊMICA EM SUA APROVAÇÃO**

MARINGÁ
2016

CLAUDINÉIA PEREIRA DOS ANJOS

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARINGÁ-PR E A
POLÊMICA EM SUA APROVAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso -
TCC, apresentado ao Curso de
Pedagogia da Universidade Estadual
de Maringá, como requisito parcial
obtenção do grau de licenciada em
Pedagogia.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Eliane Rose
Maio

MARINGÁ
2016

ANJOS, Claudinéia Pereira. **Plano Municipal de Educação de Maringá-PR e a polêmica em sua aprovação.** 2016. 16 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

RESUMO

Esta pesquisa propõe uma análise do Plano Municipal de Educação (PME) da cidade de Maringá-PR, pondo em questão a polêmica gerada em sua aprovação, polêmica esta que envolve a temática gênero nas escolas, uma vez que o PME está direcionado para as escolas municipais, e este após aprovação da Câmara de Vereadores/as tem validade de 10 anos, o PME precisa estar alinhado com o Plano Nacional de Educação (PNE) e ao Plano Estadual de Educação (PEE). Diante deste fato a pesquisa tem como objetivo pesquisar sobre a relevância da temática gênero para o Plano Municipal de Educação e para as escolas municipais de Maringá – PR, por meio de suas diretrizes. Teremos como referência teórica a Pedagogia Histórico-Crítica com base nos estudos de Saviani. Como metodologia optou por uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, na qual será analisado o Plano Municipal de Educação, da cidade de Maringá-PR. Por fim espera-se cumprir com a proposta acima, a fim de apontar a relevância do PME e da temática gênero para as escolas municipais, para a sociedade e para o município.

Palavras-chave: Planos de Educação. Escolas Municipais. Gênero.

ABSTRACT

This research proposes an analysis of the Municipal Education Plan (SMEs) in the city of Maringá-PR, questioning the controversy generated in its adoption controversy this involving the theme gender in schools, since SMEs are directed to schools municipal, and this after approval of the city Council / the is valid for 10 years, SMEs need to be aligned with the National Education Plan (NAP) and the State Education Plan (PEE). Given this fact, the research aims to research the relevance of the thematic gender for the Municipal Education Plan and municipal schools of Maringá - PR, through its guidelines. We as a theoretical reference the Historical-Critical Pedagogy based on studies of Saviani. The methodology opted for a qualitative, bibliographic and documentary research, which will be analyzed the Municipal Education Plan, the city of Maringá-PR. Finally expected to comply with the above proposal in order to point out the importance of SMEs and the thematic genre for municipal schools, to society and to the municipality.

Keywords: Education Plans. Municipal schools. Gender.

“O papel da escola não é o de mostrar a face visível da lua, isto é, reiterar o cotidiano, mas mostrar a face oculta, ou seja, revelar os aspectos essenciais das relações sociais que se ocultam sob os fenômenos que se mostram a nossa percepção imediata.”

Dermeval Saviani

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema o Plano Municipal de Educação (PME), da cidade de Maringá PR, e algumas reflexões sobre a aprovação do mesmo envolvendo a temática gênero. A motivação para estudar este tema, surgiu mediante a discussão gerada na Câmara de Vereadores/as durante a aprovação do plano, pois a questão gênero estava em um das diretrizes, desse modo a temática gênero seria trabalhada nas escolas, esta foi a real motivação para estudar este tema.

O projeto foi votado em primeira discussão na terça-feira (16) dezois de Junho de 2015. O novo texto tem validade de dez anos, e deve estar alinhado ao Plano Nacional de Educação (PNE) e ao Plano Estadual de Educação (PEE).

Entre os pontos propostos e discutidos na Câmara de Vereadores/as um deles gerou discussões e causou a lotação do espaço destinado à população no plenário da Câmara Municipal de Maringá, a diretriz que se referia a temática gênero “[...] implementar políticas de prevenção a evasão motivada por preconceito e discriminação racial por orientação sexual ou identidade de gênero”, este foi o primeiro texto elaborado. (GIMENES, 2015, p.1)

De um lado representantes religiosos/as estavam com faixas escritas “Gênero Não” pedindo a retirada do item do projeto, outros/as diziam que gênero deve ser tratado pelos/as pais/mães, outro grupo defendia a manutenção do trecho que defende a identidade de gênero, toda essa discussão ocorreu no espaço destinado à população na Câmara Municipal de Maringá, no dia 16 de Junho de 2015.

Diante da pressão popular que ocorreu na Câmara de Vereadores/as, a Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) mudou o texto do Plano Municipal de Educação, antes mesmo da segunda votação. A questão sobre gênero foi retirada do novo Plano ficando da seguinte maneira “Superação da desigualdade educacional, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (GIMENES, 2015, p.1).

A mudança dessa diretriz antes mesmo do PME ser votado em segunda discussão, nos mostra que a população que estava presente na Câmara Municipal de Maringá, influenciou na decisão tomada para a aprovação do novo plano municipal.

Diante desse fato, ainda tão recente, surgiu à necessidade de pesquisar sobre o PME e suas contribuições para a sociedade e para o município, levando em conta o desfecho pelo qual o plano passou, lembrando que “as metas são originárias do PNE e as estratégias foram traçadas a partir da conferência municipal de educação” (PME, 2015, p.5)

Para melhor compreensão e organização, estruturamos nosso trabalho em três momentos. No primeiro apresentamos as características do PME; no segundo momento destacamos as diretrizes, no terceiro momento tratamos da polêmica na aprovação do PME, envolvendo a temática gênero.

2. CARACTERIZANDO O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A lei municipal 10.024 em junho de 2015 aprova o novo texto do Plano Municipal de Educação, para os próximos dez anos. O PME é composto por diversas propostas, entre elas as diretrizes como, por exemplo: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais, melhoria da qualidade da educação entre outras.

Ademais é composto por 20 metas e suas estratégias, o número de estratégias varia de acordo com a meta, destacando que o PME precisa estar alinhado ao Plano Nacional de Educação (PNE) e ao Plano Estadual de Educação (PEE).

“O Plano Municipal de Educação deve ser do município e não apenas da rede ou do sistema municipal, o Plano é de todos que moram no município; portanto, todas as necessidades educacionais do cidadão devem estar presentes no Plano, a elaboração do Plano envolve três esferas de gestão (federal, estadual e municipal), porém, não deixa de conferir peso e

importância ao papel dos/as dirigentes municipais” (MEC/SASE, 2014, p.7).

Como mencionado o plano é de todos, desse modo cabe a população ficar atenta aos benefícios que o plano pode trazer para a educação do município.

O Plano Municipal de Educação tem como responsabilidade traduzir as necessidades, desejos e capacidades educacionais do município para a oferta da educação básica sendo em todas as etapas e modalidades educacionais e também do ensino superior. O PME precisa levar em conta a trajetória histórica, as características socioculturais e ambientais e a perspectiva de futuro do município (MEC/SASE, 2014, p.8).

Desse modo, fica evidente que é preciso conhecer bem o cenário atual para projetar o futuro dos alunos, e melhorar a educação do município.

O PME tem de ter legitimidade para ter sucesso. Planos construídos em gabinetes ou por consultores alheios à realidade municipal tendem ao fracasso, mas um PME submetido ao amplo debate incorpora a riqueza das diferentes visões e vivências que a sociedade tem sobre a realidade que deseja alterar. Somente um Plano Municipal de Educação legítimo pode contar com o apoio de todos para monitorar seus resultados e impulsionar a sua concretização, através da mobilização da sociedade ao longo dos seus dez anos de vigência (MEC/SASE, 2014, p.8).

Diante desses dados, podemos perceber que o debate é o melhor caminho para a elaboração de um bom plano de educação, pois será por meio desses debates que viram à tona a realidade do município, escolas e alunos. Por fim, um PME bem elaborado, visando resultados e monitorado por todos alcançara a sua concretização.

3. DIRETRIZES DO PME DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ-PR.

Para atingir os objetivos desta pesquisa iremos apresentar as diretrizes que compõem o PME da cidade de Maringá – PR. Lembrando que o objetivo dessa pesquisa é analisar a relevância da temática gênero para o Plano Municipal de Educação e para as escolas municipais de Maringá – PR, por meio de suas diretrizes.

As diretrizes assim como as metas abrangem questões, que estão inseridas em nossa sociedade nos dias de hoje. Estas questões têm relação com o futuro da população, pois, essas diretrizes e metas foram propostas para a melhoria da atual situação que se encontra a educação do nosso país.

Dados do IBGE 2010 apontam que cerca de 9% da população brasileira não sabe ler e escrever, certa de 18 milhões de brasileiros. Desse modo, podemos observar que a falta de infra-estrutura de muitos estados brasileiros acaba por ocasionar preconceito, discriminação tanto econômica quanto pelo fato do analfabetismo ou até mesmo por sua orientação sexual, acaba por ocasionar a evasão escolar.

Pensando-se nessas questões que o PNE foi elaborado, com o objetivo de melhorar a educação do nosso país. E sucessivamente o PME foi elaborado, visando atender as necessidades educacionais que cada município específico esta necessitando.

Desse modo, apresentaremos as diretrizes do Plano Municipal de Educação, estes também presentes no Plano Nacional de Educação.

“I - erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV – melhoria da qualidade da educação; V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII – estabelecimento de metas de aplicação de recursos públicos em educação, que assegure atendimento as necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX – valorização dos profissionais da educação; X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, a diversidade e a sustentabilidade socioambiental;” (PME, 2015)

Como mencionamos anteriormente às diretrizes estão relacionadas com as necessidades que a educação está passando nesse momento. Desse modo observamos que as diretrizes do PME foram elaboradas pensando-se em valorizar o/a profissional da educação, também foi pensado para promover o princípio do respeito para com o ser humano e com a natureza.

O PME é composto por 10 diretrizes, no entanto, iremos analisar somente a diretriz corresponde ao objetivo da nossa pesquisa, que é analisar a relevância da temática gênero para o Plano Municipal de Educação e para as escolas municipais de Maringá – PR.

No entanto, a diretriz apresentada em primeira discussão sofreu modificações em seu texto, por conter a temática gênero. Sendo assim, iremos apresentar a diretriz da maneira como ela ficou após a modificação do texto, modificação esta realizada pela SEDUC, mediante a pressão popular.

Sendo assim, a diretriz a ser analisada será - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

Pode-se entender que a modificação da diretriz teve o objetivo de camuflar a questão gênero, pondo em evidencia a erradicação de todas as formas de discriminação. Essa diretriz tem como objetivo superar as desigualdades educacionais, as formas de discriminação e promover a cidadania, uma vez que estas desigualdades têm sendo o principal fator da evasão escolar. Com a apresentação dessa diretriz no PME será trabalhado a questão das formas de discriminação nas escolas. Lembrando que a questão gênero é uma forma de discriminação.

Segundo Louro (2010),

A educação é organizada como um campo normatizador e disciplinador, e opera na expectativa da heteronormatividade, ainda ressalta que o medo dos/as educadores/as e pais/mães ao lidar com questões sobre sexualidade, é o de falar sobre homossexualidade poder influenciar as meninas/os a se tornarem homossexuais. Sendo assim, muitos adultos preferem não comentar sobre o assunto (LOURO, 2010, s/p).

Nesta perspectiva, evidencia-se que o receio dos pais/mães é de que seus filhos sejam influenciados ao estudar a temática gênero nas escolas, por

esse fato que os mesmos lotaram o espaço destinado a população no plenário, para defender a retirada do tema gênero no PME.

O conceito de gênero remete a todas aquelas características e papéis sociais mutáveis, que as diferentes sociedades atribuem ao masculino e ao feminino. Em poucas palavras, diferentemente do sexo, visto como um *dado* natural, a constituição das diferenças de gênero aparece como um *processo* histórico e social. Assim, a introdução da categoria de gênero tem como principal objetivo destacar o caráter social – portanto dinâmico – das diferenças e discriminações baseadas no sexo (CARVALHO, 2010, p.85).

Cavalleiro (2014), por sua vez, afirma que

[...] as formas de discriminação podem ser praticadas de diferentes formas como: expressão verbal prático não verbal, e pratica pedagógica. Portanto no ambiente escolar deve-se conscientizar os alunos/as de que todas essas são formas de discriminação, e não devem ser praticadas (CAVALLEIRO, 2014, p.).

Em se tratando das formas de discriminação, ainda podemos destacar que a partir do nascimento de um bebê já lhe são destacadas as questões sobre identidade de gênero, pois a partir do momento que colocamos uma roupa rosa em uma menina, já esta denominado que a mesma ira se vestir com cores mais femininas como, por exemplo, vermelho, lilás, pink, entre outros.

O mesmo acontece com os meninos que desde pequenos são tachados a usarem a cor azul para destacar que são meninos. Estes pequenos detalhes que acabam por passar despercebidos também é uma forma de discriminação.

4. PME E A POLÊMICA NA SUA APROVAÇÃO

Em especial o que nos chamou a atenção no PME foi a modificação que a Secretaria de Municipal de Educação (SEDUC), decidiu fazer no texto antes

mesmo da segunda votação, no texto votado em primeira discussão a temática gênero vinha à tona, “Implementar políticas de prevenção a evasão motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero;” (GIMENES, 2015, p. 1). Este foi o primeiro texto apresentado na Câmara de vereadores/as.

Após a pressão que os populares que estavam ocupando o local destinado à população no plenário, houve a retirada do item do projeto, sendo assim, a diretriz ficou da seguinte forma, “Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;” (PME, 2015, p, 5)

Percebemos que para a maioria dos populares presentes no plenário a questão gênero não deve ser discutida nas escolas, e sim em “casa pelos/as pais/mães, pois segundo os populares, os pais tem a tarefa de educar seus filhos” (GIMENES, p, 1). No entanto, a escola é um dos lugares em que a questão “gênero”, está em evidência.

Silva (2002), por sua vez, destaca que

O currículo resulta de uma seleção, de escolhas feitas pelos sujeitos que o organizam, com base nos conhecimentos ou saberes que consideram importantes [...] um currículo busca precisamente modificar as pessoas que vão ‘seguir’ aquele currículo [...] as teorias do currículo deduzem o tipo de conhecimento considerado importante justamente a partir de descrições sobre o tipo de pessoa que elas consideram ideal” (SILVA, 2002, p. 15).

Desse modo, a seleção dos conteúdos a serem trabalhados nunca é um processo neutro, implica em escolhas que estão relacionadas à própria constituição do sujeito, ao modelo de sociedade que ele busca e a necessidade das escolas.

Silva (2002), afirma que

Quando pensamos em currículo, pensamos apenas em conhecimento, esquecendo-nos que o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade. Talvez possamos dizer que, além de conhecimento, o currículo é também uma questão de identidade (SILVA, 2002, p.15-16).

A definição de Silva (2002), nos ajuda a entender a preocupação dos/as pais/mães em relação à questão “gênero” no PME. Neste caso o currículo escolar teria que acompanhar as estratégias e metas do Plano Municipal de Educação que abordariam a temática gênero, como verificamos o currículo seria o encarregado na construção do sujeito, o currículo constitui os sujeitos é também é constituído por eles.

Para Seffener (2012), inserir questões de gênero no dia a dia da escola significa, entre outros, discutir temas como: as diferentes trajetórias e possibilidades que se oferecem a homens e mulheres na sociedade brasileira, [...] a escola é um importante local para que meninos e meninas aprendam a respeitar as diferenças de gênero, exercitando um aprendizado pelas diferenças (p.78).

Saviani (2011), por sua vez, afirma que

“[...] o povo precisa da escola para ter acesso ao saber erudito, ao saber sistematizado e, em conseqüência, para expressar de forma elaborada os conteúdos da cultura popular que correspondem aos seus interesses” (SAVIANI, 2011, p.70)

Entretanto, o medo dos/as pais/mães é de que seus/suas filhos/as sejam influenciados/as pelo conteúdo conforme o mesmo fosse trabalhado em sala de aula. Destacamos ainda, outros temas estudados nas escolas que geram desconforto nos pais/mães conforme destaca Seffner (2012, p.77)

[...] mas certamente são os temas ligados à saúde reprodutiva, saúde sexual, gênero, orientação sexual (homossexualidade, bissexualidade, heterossexualidade) que geram as maiores polêmicas, uma vez que estes assuntos guardam estreita conexão com o ordenamento moral da sociedade.

Neste sentido os/as pais/mães temem que os filhos sejam influenciados, porém os pais/mães devem se atentar às atividades corriqueiras do dia a dia de seus/suas filhos/as, pois fora do ambiente escolar eles/as se

[...] defrontam via filmes, televisão, revistas, propagandas, outdoors, com situações de um homem com duas mulheres, visivelmente eles vêem travestis, relacionamentos homossexuais, ate mesmo programas humorísticos que fazem do palavreado de duplo sentido seu grande atrativo, ainda podemos destacar os shows musicais que muitas vezes fazem alusões a sexualidade (SEFFNER, 2012, p.78).

Os/as jovens querem discutir na escola os temas gênero e sexualidade em conexão com aquilo que eles já sabem, sendo assim não é de se espantar que os jovens queiram falar de gênero de sexo, uma vez que a sociedade brasileira lhes fornece essas informações.

Nesta linha de pensamento, a escola de fato tem um papel importante na vida das pessoas, embora para isso necessite estar adaptada aos mais diferenciados desafios, pois, ainda existem pessoas com opiniões contrárias, exemplo disso foi à polêmica aprovação do PME, que ocasionou à lotação do espaço destinado a população em defesa da retirada da temática gênero do plano.

Destacamos ainda, que o objetivo da diretriz é extinguir com o preconceito existente mediante ao ingresso de alunos/as homossexuais, travestis e transexuais, pois a chance dos/as mesmos/as serem hostilizados/as pelos/as demais colegas e os/as próprios/as profissionais da Educação. Com essa diretriz no PME a escola deveria incluir no seu currículo formas de conscientizar os alunos para assim diminuir o preconceito nas escolas, através de palestras, debates sobre o assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nos proporcionou uma compreensão sobre a necessidade de ser trabalhada a temática gênero nas escolas, principalmente quando envolve a educação de crianças, pois é pelo exemplo que educamos nossas crianças.

Com o estudo foi possível constatar as principais características do PME e do tema gênero, além de verificar que é de suma importância o PME para a sociedade, e a necessidade de ser trabalhado em sala de aula o tema gênero, para assim conscientizar os alunos e tentar diminuir ou até mesmo acabar com o preconceito nas escolas e na sociedade, educando assim sem preconceitos, capaz de respeitar todos os indivíduos, independente de suas diferenças.

Somos formados/as por várias características que adquirimos no decorrer do processo de desenvolvimento, assim também acontecem com as crianças que estão freqüentando as escolas públicas e particulares também, desse modo destaca-se a importância do papel da escola, da família e do acompanhamento do desenvolvimento dos/as alunos/as, acreditando assim na possibilidade de desenvolvimento de cada sujeito.

Observamos que a inclusão de alunos/as com orientação sexual como homossexualidade, bissexualidade, transexualidade, ainda é causadora de polêmica, embora seja um direito de todos/as freqüentarem a escola regular, e neste trabalho procuramos evidenciar que o tema gênero deve ser incluso nos currículos escolares, pois somente quem tem o conhecimento sobre o tema poderá, a partir da convivência, estudos, debates e discussões com esses/as alunos/as vencer os preconceitos.

De fato constitui-se um desafio incluir esse tema no currículo, prova disso é a polêmica que aconteceu na aprovação do PME, da cidade de Maringá. Porém temos que levar em conta a diversidade da nossa sociedade, e a necessidade de acabar com o preconceito. Neste sentido, é importante valorizar o que cada um/a tem a oferecer, professores/as, alunos/as e familiares assim contribuindo para a cultura do nosso país.

Assim observamos que o 'problema' não pode ser pensando a partir de apenas um aspecto, o medo dos pais de que seus filhos sejam influenciados pelo tema em questão, mas sim de vários aspectos que se apresentam interligados num mesmo processo como, a partir desse tema acabar com o preconceito, evitar a evasão dos/as alunos/as nas escolas etc.

Enfim, o estudo aponta que se faz necessária sim a inclusão do tema gênero no currículo escolar para a superação das dificuldades que acompanham esse tema, desde a inclusão e dos obstáculos que vão surgindo

a partir do ingresso do/a aluno/a considerado/a 'diferente' nas escolas, pelas suas escolhas.

Esperamos com este estudo oferecer uma reflexão sobre a importância de ser trabalhado o tema gênero nas escolas, possibilitando assim maior compreensão sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB** (Lei nº. 9.394).

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Autores associados, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretária de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), **O Plano Municipal de Educação: caderno de orientações**. Autores Associados, 2014.

_____. Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná. Lei Nº 10.024, De 15 de Junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação.

CARVALHO, M.P.F.S. A crítica de Judith Butler as normas que governam gênero e sexualidade. **Revista Ethica**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.81-92, 2010.

CAVALLEIRO, E.S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6ed. São Paulo, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENES, Erick. **Plano de Educação é aprovado com polêmica na Câmara de Maringá**. Disponível em: <http://www.g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticias> em: 08 set. 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, **Você sabia que o numero de pessoas que não sabem ler ou escrever vem diminuindo no Brasil?** 2010. Disponível em: <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/educacao.html>. Acesso em: 10. dez. 2015.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SAVIANI, Dermeval, 1944 - **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações / Dermeval Saviani – 11.ed.rev.--- Campinas, SP: Autores Associados, 2011 --- (Coleção educação contemporânea).

SILVA, T.T. **Documentos de identidade**: uma introdução as teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SEFFNER, Fernando. Formação docente nos temas de gênero, sexualidade e culturas juvenis: conhecimentos, práticas e disposições sociais. In: SEMINÁRIO CORPOS, GENÊROS SEXUALIDADE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO, 2, 2012, Uruguaiana. **Anais...** Uruguaiana: UNIPAMPA, 2012, p.72-86.